

Não podendo estar presente nesta cerimónia, gostaria de, a ela, me associar, através desta curta mensagem.

Entendo que terá sido historicamente oportuna a decisão, política e militar, de rememorar o 25 de Novembro.

Não se trata de celebrar a data ou de sublinhar nomes, mas, sim, de evocar a memória activa, orientada para o futuro, e contribuir para a dignificação da Instituição Militar e da própria Nação.

O 25 de Abril e o 25 de Novembro têm o mesmo grande propósito: Devolver aos Portugueses a sua liberdade política.

O 25 de Abril é, consabidamente, a “data fundadora” da restauração da liberdade para os Portugueses decidirem, livremente, o seu futuro, através de eleições livres.

É da autoria dos militares este acto fundacional da liberdade e da democracia. Já a democracia resultante é, no entanto, e só, de todos os Portugueses.

O 25 de Novembro apenas se tornou necessário para fazer face à deriva do processo revolucionário, que se acentuava, e fazia prever uma insurreição armada e, portanto, ameaçava o compromisso assumido pelos militares. Insurreição, esta, que veio a ocorrer e a que as Forças Armadas – a sua parte moderada, democrática e legalista – responderam, com sucesso, mas, infelizmente, com algumas baixas: o tenente Coimbra e o furriel Pires, dos Comandos, e o aspirante José Bagagem, da Polícia Militar.

Foi o 25 de Novembro que permitiu que os militares respondessem a um imperativo de honra que tinham assumido, com o Povo Português, a 25 de Abril, e que permitiu a reinstitucionalização das Forças Armadas, definindo, legalmente, através da Lei 17/75, de 26 de Dezembro, a sua dependência do poder político.

A missão dos militares foi, pois, plenamente realizada, respondendo ao seu compromisso de honra: Devolveu-se, aos Portugueses, a condução do seu destino.

A handwritten signature in black ink, reading 'António Ramalho Eanes', written in a cursive style.

Lisboa, 21 de Novembro de 2025